

Assunto: O remédio que vem da Justiça

Veículo: Diário de Pernambuco

Editoria: local

Seção:

Página: A4

Data: 17/05/2015

DIÁRIO de PERNAMBUCO

O remédio que vem da Justiça

+ saiba mais

O fenômeno da judicialização traduzido em números

A SES-PE recebe em média 5 a 6 ações judiciais por dia útil

Em 2014, foram **119 ações** judiciais por mês

Das ações tratadas no Núcleo de Ações Judiciais da SES em 2014

63% foram de medicamentos

6% de alimentos

31% outros

76% das demandas judiciais ocorrem na RMR

Gastos da Secretaria Estadual de Saúde com ações judiciais em 2014

R\$ 88,4 milhões

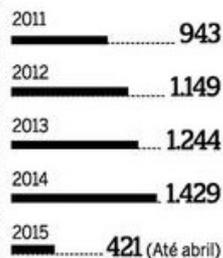
Dos quais **R\$ 64,3 milhões** foram com medicamentos

R\$ 11 milhões foram com alimentos, cirurgias, equipamentos, insumos e internamentos na rede privada

R\$ 13 milhões foram com homecare



Novas demandas de ações judiciais por medicamentos



Entre 2011 e 2014, o crescimento foi de **51%** no número de novas ações referentes a medicamentos

A que equivalem **R\$ 88,4 milhões**

4 UPAs **30%** do total de investimentos em saúde no estado feito em 2014 (sem o custeio da rede)

2 Hospitais da Mulher de Caruaru
1 Hospital Metropolitano Miguel Arraes

59% do aporte financeiro dado para custear o Samu nos últimos 4 anos

3/4 dos investimentos em atenção primária entre 2011 e 2014

Requisitos para entrar na Justiça

- Ser paciente do SUS com cartão e prontuário aberto
- Ter uma prescrição médica
- Ter procurado, antes, a administração pública referente
- Procurar advogado, defensoria ou juizado fazendário

Países onde ocorreu compra de medicamentos pela SES neste ano

- Canadá
- Estados Unidos
- Turquia
- Uruguai

Dinheiro gasto pelo estado com ações judiciais de pacientes seria suficiente para construir hospital. Processos por fornecimento de medicamentos sobem 51% em quatro anos

ALICE DE SOUZA
alicesouza.pe@dabr.com.br

“**A** saúde é um direito de todos e dever do estado”, diz a Constituição no artigo 196. Os princípios da igualdade e da universalidade garantidos na lei são também a base de um fenômeno de judicialização iniciado na década de 1990 e que explodiu nos últimos cinco anos.

Em Pernambuco, em média, seis ações judiciais chegam por dia útil na Secretaria Estadual de Saúde para custear tratamentos externos à lista de serviços do Sistema Único de Saúde (SUS). Em 2014, isso se refletiu em um gasto de R\$ 88,4 milhões, dinheiro suficiente para construir quatro UPAs iguais à de Caruaru ou um Hospital Metropolitano Miguel Arraes.

Um levantamento da SES mostrou que, entre 2011 e 2014, o número de pessoas que recorreram à Justiça para o pagamento de remédios pelo estado aumentou 51%. No ano passado, só na compra de medicamentos, foram

gastos R\$ 64,3 milhões, em mais de 100 pedidos concedidos por mês. Neste ano, a média se mantém. São mais de 400 ações semelhantes. Os requerimentos de remédios representam 67% dos pedidos, que ainda se estendem a equipamentos, cirurgias, internamento na rede privada, homecare e até alimentos.

A justiça é vista como o caminho mais rápido, a solução na hora da urgência e a tentativa de acesso a tratamentos mais modernos, de inserção recente no mercado e ainda não incorporados ao SUS. Foi assim, por exemplo, que a família de Maycon Alcântara, 4 anos, conseguiu de forma inédita no estado ampolas de canabidiol (CBD) e outras tantas renovaram a esperança de cura.

“Há uma previsão constitucional e o simples fato de ser cidadão brasileiro dá o direito de fazer o pleito”, explica o professor da Unicap e presidente da Comissão de Defesa do Consumidor da OAB-PE, Vinícius Calado. Segundo ele, o fenômeno da judicialização tem como fundo a conscientização da população sobre os próprios direitos, a velocidade com que os fármacos e tratamentos chegam no mercado e a estruturação de órgãos como a Defensoria Pública.

Por outro lado, o fenômeno é tido como perigoso para o futuro da saúde pública. Isso porque o direcionamento de dinheiro para um único pa-

ciente consiste em deslocamento de verba de atendimento de outros. No Brasil, em todas as esferas, são mais de 390 mil processos em curso.

Em Pernambuco, a secretaria criou um núcleo para acompanhar o crescimento. "Nos temos um orçamento para as ações, mas todo ano ele estoura. As ações aumentam, e o valor da compra e a complexidade dos pedidos também. Remanejamos do orçamento e com certeza algo que não é imprescindível

fica por fazer", diz o coordenador superintendente do Núcleo de Ações Judiciais), Geraldo Jorge Filho. Além da demanda alta, o estado tem hoje um quadro fixo de pacientes, que entram com ação judicial e são atendidos a prazo eterno, de 3,5 mil pessoas.

Sem contraprova

Vinicius esclarece que dificilmente o pedido é negado. "O homecare, por exemplo, é uma previsão legal. Os pacien-

tes têm receita médica e, na maioria das vezes, o estado perde porque não consegue constituir contraprova."

De 1º de maio de 2014 a 1º de maio deste ano, 631 ingressaram com processos no TJPE contra o estado. A procura também é crescente na promotoria de Saúde do Ministério Público. "Quando a situação não é individual, o MPPE atua. É uma forma de diminuir ações e risco de decisões contraditórias", disse a promotora Helena Capela.

assista



diariode.pe/bdfh

Digite a URL e assista a uma videoreportagem sobre o tema



Fotografe o QR code ao lado com o software leitor do seu celular.

JOAO VELOZO/ESP. DPI/ D. A PRESS



Marlene, 49, sofre de dor crônica há quatro anos

Diferentes dramas e a mesma luta

As pernas de Marlene Pereira, 49 anos, já não têm a mesma força de antes. Ela não consegue ficar em pé por muito tempo nem pegar peso. A ex-doméstica sofre de dor crônica há cerca de quatro anos e já precisou ficar seis meses em uma cadeira de roda e andar com ajuda de uma bengala. Desde que

conseguiu na Justiça o custeio de um medicamento chamado Lyrica, amenizou a ardência nos membros e consegue pelo menos tomar banho sozinha. O remédio custa R\$ 200, muito para quem abandonou o trabalho em função da doença.

A primeira vez que Deise Carneiro, 24, recorreu à justi-

ça foi para brigar contra o tempo. O filho dela, Matheus Henrique, estava há 22 dias internado e precisava de uma transferência para UTI. O garoto só conseguiu o leito depois de uma determinação do Judiciário. O segundo sinal positivo da Justiça veio para tirar Matheus da UTI, onde ele passou cinco meses e foi para atendi-

mento domiciliar.

Jéssica Santos, 18, entrou com um pedido judicial para conseguir um homecare para a filha Jamilly Nascimento, de 1 ano e 2 meses, em abril. O pedido foi concedido nesta semana pela Justiça e Jamilly, portadora de amiotrofia muscular espinhal, vai deixar a UTI do Otávio de Freitas.

Assunto: Dois pesos, duas medidas	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: economia	Seção:
Página: b16	Data: 17/05/2015

DIÁRIO de PERNAMBUCO

Dois pesos, uma medida?



Ao pegar a mala na esteira, Felipe percebeu que ela estava sem o lacre

“

No caso de Felipe, se a companhia não resolver o problema em até 30 dias, ele deve procurar o Juizado Especial”

■ Para José Geraldo Tardin, diretor do Ibedec

Código Brasileiro de Aeronáutica permite que companhia aérea seja isenta caso a bagagem seja violada em até um quilo. Mas não é bem isso o que o CDC prevê

O consultor financeiro Felipe Patrício voltou ao Recife de São Paulo pela TAM Linhas Aéreas e, ao pegar a bagagem, percebeu que ela estava sem o lacre com o qual havia sido despachada. Ao abrir a mala, uma nova surpresa. Faltava um par de óculos e um relógio que não estavam em suas caixas. O valor da perda foi de R\$ 1,4 mil. Imediatamente, ele procurou a companhia e registrou uma queixa, mas ouviu do funcionário que como os objetos supostamente furtados totalizavam menos de um quilo, a TAM não poderia fazer o ressarcimento.

A resposta foi baseada no limite das indenizações de voos domésticos estipulado pelo Código Brasileiro de Aeronáutica, que determina os valores segundo o peso da bagagem. Mas será que isso pode passar por cima do Código de Defesa do Consumidor, que indica que o passageiro tenha ressarcimento total independentemente do peso? Para José Geraldo Tardin, diretor do Instituto Brasileiro de Estudo e Defesa das Relações de Consumo (Ibedec), a resposta é não.

“Os passageiros usam um serviço da companhia aérea que garante o transporte da pessoa e da bagagem. Uma vez que existam falhas nesse serviço, há um problema na relação de consumo e, logo, o CDC, que é constitucional, deverá ser utilizado para re-

solver a questão”, explica Tardin. Como tal, o peso mínimo para ressarcimento não deve ser levado em consideração. “No caso de Felipe, se a companhia não resolver o problema em até 30 dias, ele deve procurar um Juizado Especial de Pequenas Causas.”

É justamente isso o que o consultor pretende fazer. “Quando o funcionário disse que só poderia haver ressarcimento se a diferença de peso fosse maior que um quilo, entendi que iria para a Justiça, porque é um absurdo esse tipo de posicionamento”, diz Felipe. Questionada pela reportagem do *Diário*, a TAM repetiu o comunicado feito a Felipe e enfatizou que segue o Código Aéreo Brasileiro.

Procedimentos

Maria Inês Dolci, coordenadora institucional da Proteste – Associação de Consumidores, indica ainda que, para evitar esse tipo de problemas, alguns procedimentos devem ser realizados pelo passageiro. Não carregar objetos de valor na mala é um deles. E, se for o caso, declarar antes de despachar a mala. “O ideal é declarar sempre, reparar no lacre ainda na esteira e, se possível, chamar o funcionário da companhia aérea para registrar a violação.” Outra dica é, no caso de ação, relacionar os recibos dos itens comprados, fotos da mala e a cópia do Relatório de Irregularidade de Bagagem (RIB).

Assunto: A primeira vez do concurseiro	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: Admite-se	Seção:
Página: 21	Data: 17/05/2015

DIÁRIO de PERNAMBUCO

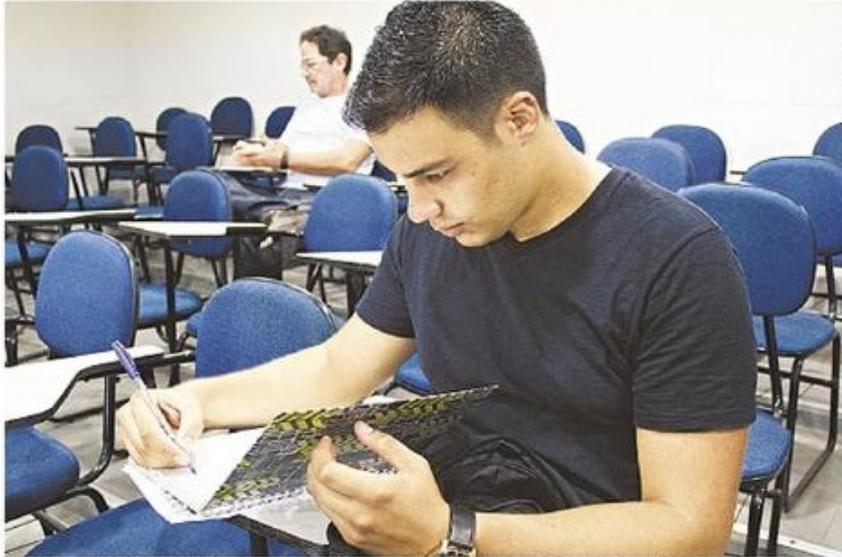
A primeira vez do concurseiro

Política
Super Esportes
Brasil



PAULO PINA/DPDA PRESS

Tamires matriculou-se num cursinho e acha que aulas são relevantes para o estudo



RODRIGO SILVA/ESP. DP/DA PRESS

Victor Bezerra conversou com amigos e familiares antes de definir cargo pretendido

“

Estrear no universo das seleções públicas pede uma série de cuidados em relação à escolha da carreira, estratégias de estudo e investimento financeiro

YASMIN FREITAS
ESPECIAL PARA O DIÁRIO
yasminfreitas.pe@dabr.com.br

Há muito conteúdo difundido na rede, e os professores e outros colegas também podem ajudar a filtrar melhor”

Laura Ribeiro,
coach da Consultoria Sistema Humano Integrado

Uma profissão estável e bem remunerada, possibilidade de servir à população, jornadas de trabalho mais curtas, benefícios trabalhistas maiores que na iniciativa privada. Muitos são os atrativos que levam profissionais a optar por carreiras públicas. E para se sair bem no caminho até a aprovação, o candidato precisa, desde o início, aprender a fazer escolhas inteligentes para otimizar tempo e recursos financeiros e manter a motivação.

Primeiramente, quem está embarcando no estudo para seleções públicas deve se preocupar com a escolha da profissão baseando-se em suas habilidades ou afinidades. “Aproveitando o próprio know how, o candidato deve realizar pesquisas sobre os cargos públicos que existem, seja através da internet ou de conversas com outros profissionais. É possível também buscar as instituições, que podem ser abertas ao público para visitação”, explica a coach da Consultoria Sistema Humano Integrado Laura Ribeiro. A orientação é seguida pelo estudante do Nuce Concursos Victor Bezerra, 21, que deseja alcançar vaga na Polícia Civil. “Conversei com familiares e amigos que eu conhecia e que estão estabelecidos na área e descobri que é uma ocupação atraente para mim”, revela.

O método de estudo é outro ponto a ser levado em consideração. “Tudo vai depender do perfil do aluno e da forma que ele aprende melhor. Nesta fase, testar técnicas diferentes pode ser interessante. Além disso, aconselho o acompanhamento de um curso preparatório e também de um coach, porque ambos se complementam, ajudando a memorizar conteúdos e pre-

parar emocionalmente o concurseiro”, revela Ribeiro. De olho no certame no Tribunal da Justiça de Pernambuco (TJ-PE), a estudante Tamires Oliveira, 27, matriculou-se no preparatório para concursos Espaço Heber Vieira e concorda que as aulas são realmente relevantes para o aprendizado. “Língua portuguesa era minha grande dificuldade, e agora que estou estudando em um preparatório, sinto

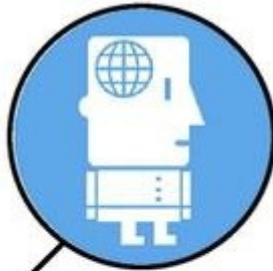
que melhorei muito, porque aprendi tanto o conteúdo quanto técnicas de resolução de questões”, explica.

Para saber jogar, preciso conhecer as regras. O edital deve ajudar o concurseiro a descobrir mais informações. “É interessante saber que, no início, aparece mais uma introdução e informações sobre a função e o salário. Logo após há um quadro com disciplinas abordadas e seus pesos. Já

no fim é possível encontrar o conteúdo programático”, ensina Laura Ribeiro. Os assuntos abordados pelo edital podem ser um bom guia para procurar material didático adequado para estudar. “Há muito conteúdo difundido na rede, e os professores e outros colegas podem ajudar a filtrar melhor.” É o que espera Victor. “Como estou começando agora, prefiro aceitar sugestões para não errar.”

+ **saiba** mais

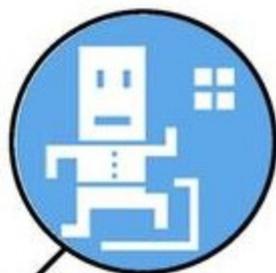
Dicas para concurseiros de primeira viagem



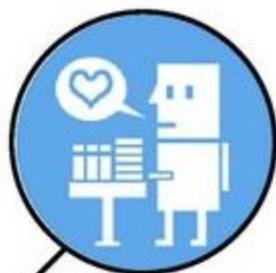
Procure entender sobre carreiras existentes



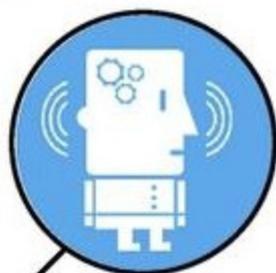
Escolha a técnica de estudo mais adequada



Conheça o edital e busque conhecimento e orientação junto a profissionais competentes, como professores e coachings



Escolha material de estudo adequado



Esteja emocionalmente preparado para enfrentar a prova

Fonte: Coach Laura Ribeiro, da consultoria Sistema Humano Integrado

Assunto: Desembargador – Evento Social	
Veículo: Diario de Pernambuco	
Editoria: Viver	Seção: João Alberto
Página: c3	Data: 16/05/2015

DIARIO de **PERNAMBUCO**

Casamento

O grande evento social do fim de semana será o casamento de Anne, filha do desembargador e sra. Jovaldo e Darci Nunes, e Rogério, filho de Suenize Limaverde e Carlos Rogério Gomes da Silva, às 19h, no Mosteiro de São Bento, em Olinda. Noivos receberão cumprimentos no Armazém Blu'Nelle.

Assunto: Oposição quer balanço quadrimestral	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: Política	Seção:
Página: 4	Data: 18/05/2015

jornal do  commercio

Oposição
quer balanço
quadrimestral

A Secretaria Estadual da Fazenda quer adiar o balanço quadrimestral das contas de Pernambuco, que, de acordo com a Lei da Responsabilidade Fiscal (LRF), teria que ser apresentado à Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação da Assembleia Legislativa (Alepe) até o dia 30 de maio. A denúncia é do deputado estadual Silvio Costa Filho (PTB). Segundo ele, “não há qualquer justificativa para o fato”. “O secretário simplesmente comunicou à Alepe que o balanço só será apresentado no dia 10 de junho”, acusa.

De acordo com a lei, o governo é obrigado a apresentar o balanço do quadrimestre dentro do prazo de um mês após o fechamento das contas, para que se possa avaliar os gastos e o cumprimento das metas fiscais. “Os fornecedores e os servidores estaduais estão em suspensão, aguardando esses números”, diz Costa Filho. É o caso dos policiais civis e militares, dos servidores do Poder Judiciário Estadual e, ainda, dos professores, que interromperam sua greve com a promessa de uma negociação salarial após a divulgação dos resultados do balanço econômico.

“Pernambuco só terá valores objetivos para uma mesa de negociação após divulgar esses dados, e não há explicação para a demora. O governo tem tudo informatizado e desde o fim de abril já deve ter consolidado essas informações”, destaca.

Durante toda a tarde de ontem, nossa reportagem tentou, sem sucesso, falar com o presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação da Alepe, Clodoaldo Magalhães (PSB), e com o secretário estadual da Fazenda, Márcio Stefanni. **(M.M.)**

Assunto: TJ vai acionar governo no STF	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: Política	Seção:
Página: 3	Data: 16/05/2015

jornal do commercio

TJ vai acionar governo no STF

Franco Benites
fbenites@jc.com.br

A crise financeira do Estado afetou a relação do governo Paulo Câmara (PSB) com o Poder Judiciário. Em reunião do Pleno ontem, os desembargadores do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) decidiram que vão mover uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) para receber recursos do orçamento estadual. O escritório de advocacia que será contratado pelo tribunal ainda não foi escolhido, mas o objetivo é tomar providências legais o quanto antes. A assessoria de imprensa do governo estadual disse que só se manifestaria após ser comunicada oficialmente da decisão do TJPE, o que não ocorreu até o fechamento desta edição.

Os desentendimentos entre o Executivo e o Judiciário começaram no início de abril quando o TJPE publicou uma nota acusando o governo de fazer um "corte expressivo" em seu orçamento, classificando a medida de "reprovável". A gestão Paulo Câmara inicialmente rebateu os termos usados, mas depois pediu para que as renegociações entre os dois poderes fossem retomadas



PRESIDENTE Frederico Neves já tinha cobrado o governo

Judiciário
estadual
reclama de
cortes no seu
orçamento

das este mês.

Um comitê de desembargadores e integrantes do governo estadual negociaram durante um mês os termos de um acordo, mas como não houve entendimento entre as partes e o TJPE decidiu judicializar a questão. De acordo com informações do Judiciário, o orçamento definido para este ano foi R\$ 1,39 bilhão. Houve cortes na proposta orçamentária do TJPE – a pro-

posta de orçamento aprovada pelo Pleno do tribunal enviada ao Executivo era de R\$ 1,43 bilhão.

MAIS CORTES

Sob a alegação de que está sendo prejudicado pelo Executivo, o presidente do TJPE, desembargador Frederico Neves, estuda fechar 12 comarcas no interior do Estado. As prefeituras das cidades atingidas, inclusive, já teriam sido avisadas do corte. A implantação das duas primeiras varas de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, uma em Caruaru e outra em Petrolina, também pode ser afetada.

O governador sancionou a lei de criação dessas varas em março, numa cerimônia ao lado de Frederico Neves e da ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Cármen Lúcia.

No meio do impasse entre o Executivo e o Judiciário, os servidores do TJPE cobram a implantação do plano de cargos e carreiras e melhorias salariais. A categoria, que vem fazendo paralisações desde fevereiro, se reunirá na próxima terça-feira em uma assembleia para decidir se fará uma greve geral.

Igo Biome/Acervo JC Imagem

Assunto: Ação contra projeto muda de juiz	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: Política	Seção:
Página: 4	Data: 16/05/2015

jornal do  commercio

Ação contra
projeto
muda de juiz

Uma decisão do juiz da 8ª vara da Fazenda Pública do Recife, Lúcio Grassi de Gouveia, determinou a redistribuição da ação do Ministério Público de Pernambuco (MPPE) que pede que seja anulado o plano urbanístico aprovado pela Câmara do Recife para a Cais José Estelita.

O processo seguiu para a 6ª vara da Fazenda, onde tramitará. O juiz Lúcio Grassi de Gouveia declarou-se incompetente para julgar a questão, já que havia uma ação anterior sobre o mesmo tema tramitando na 6ª vara. O primeiro processo pedia a retirada da pauta da Câmara do projeto 8/2015, que criou o Plano Urbanístico, mas como ele já foi aprovado, a liminar perdeu seu objeto.

O juiz Paulo Onofre de Araújo passa a ser o responsável pelo caso. O MPPE informou ontem que iria analisar a decisão de transferência dos processos e preferiu não se pronunciar sobre o assunto.

O plano urbanístico para o Cais José Estelita foi aprovado pela Câmara de Vereadores em 4 de maio e sancionado pelo prefeito Geraldo Julio (PSB) no mesmo dia.

Assunto: Lentidão em processo	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: Voz do Leitor	Seção: Cartas
Página: 13	Data: 16/05/2015

jornal do commercio

Lentidão em processo

Tenho um processo ajuizado no TJPE (24ª Vara - seção B) há 10 anos. Processo ganho nas duas instâncias, transitado em julgado e com o valor da indenização a me ser paga já depositada em juízo. Vale salientar que é um processo prioritário e que deveria ter um andamento mais célere que os demais. Até fevereiro deste ano foi, de fato, rápido. Depois houve a remoção do juiz que assistia ao meu processo e, desde então, tudo parou. Segundo o regimento interno do próprio

TJPE, nenhum processo prioritário poderá passar mais de 30 dias sem movimentação e o meu caminha para 90 dias. Encaminhei duas reclamações à Ouvidoria do TJPE. Para cada reclamação me foi dado um prazo de 30 dias para investigar o que ocorria. A resposta enviada pela Ouvidoria foi que a 24ª Vara - seção B nem sequer teria justificado algo ou tomado alguma providência.

☉ **Myrian Rodrigues**, por e-mail

Assunto: Precedente na Suprema Corte	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: Últimas Notícias	Seção: Fogo Cruzado – Inaldo Sampaio
Página: 2	Data: 18/05/2015



Precedente na Suprema Corte

Caso o desembargador Frederico Neves, presidente do Tribunal de Justiça, decida recorrer ao STF para obrigar o Governo do Estado a cumprir a Lei Orçamentária de 2015, vencerá essa batalha tranquilamente. Terça feira da semana passada, o ministro Celso de Mello concedeu liminar à Defensoria Pública do Paraná obrigando o governador Beto Richa (PSDB) a manter integralmente o orçamento da instituição, que havia sofrido um corte de R\$ 140 milhões.



Assunto: Desembargador – Evento Social	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: Programa	Seção: Persona – Roberta Jungmann
Página: 2	Data: 16/05/2015



ALIANÇAS

Os mundos jurídico e social congregam-se hoje no sim de Anne, filha do ex-presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Jovaldo Nunes e Darci, e Rogério, filho de Carlos Gomes e Suenize Limaverde, às 19h30, no Mosteiro de São Bento, com recepção na Blue'nelle.

Assunto: Alepe permanece como único Poder de Pernambuco sem Portal da Transparência	
Veículo: Blog de Jamildo	Data: 18/05/2015
Editoria:	Seção:



Lei de Acesso à Informação

Alepe permanece como único Poder de Pernambuco sem Portal da Transparência

Do Jornal do Commercio deste sábado (16)

Por Marcos Oliveira

No dia em que se comemora os três anos em vigor da Lei de Acesso à Informação, hoje, a Assembleia Legislativa figura como um exemplo negativo entre os órgãos públicos do Estado, logo ela, a Casa Legislativa máxima de Pernambuco. A Alepe é o único Poder estadual que não conta com um Portal de Transparência, instrumento previsto na lei como meio de dar publicidade aos gastos públicos.

O site, segundo a Alepe, está em processo de finalização, mas sem uma data certa para funcionar. Não ter um portal da transparência deixa a Alepe na contramão de instituições como o governo do Estado, o Tribunal de Justiça, o Ministério Público, o Tribunal de Contas e a Prefeitura do Recife, além de outras prefeituras pernambucanas, que mantêm seus portais.

Faz dois anos que a falta do portal é alvo de polêmica entre os próprios deputados. A última, no final de março, envolveu o deputado Edilson Silva (PSOL), que chegou a protocolar um projeto de lei para a criá-lo. Depois de uma reunião tensa com outros deputados e com o primeiro-secretário, Diogo Moraes (PSB), responsável pelo assunto na Casa, Edilson acabou recuando e retirando a matéria. A explicação dada foi que o projeto seria idêntico a um outro, já aprovado. A matéria em questão é a lei estadual 15.224, promulgada em 26 de dezembro de 2013, que estabelece a criação do portal, mas até hoje ele não foi implantado.

A reportagem não conseguiu ontem falar com Diogo Moraes, que estava em viagem pelas cidades de Toritama e Santa Cruz, no Agreste. Porém, a previsão é que o portal deve ser apresentado ainda neste primeiro semestre.

Enquanto isso não acontece, os pernambucanos que quiserem obter informações sobre despesas do Legislativo, salários, subsídios, auxílios de deputados e servidores, verbas parlamentares, gastos com comissionados, repasses de recursos, dentre outros dados, precisam se submeter a um serviço que passa longe dos avanços tecnológicos mais recentes. É necessário mandar um e-mail para a ouvidoria (ouvidoria@alepe.pe.gov.br) e aguardar a resposta.

MUNICÍPIOS

A maioria das cidades pernambucanas, mesmo as que contam com sites ou portais da transparência, possui um serviço deficitário que não permite ao cidadão acessar todas as informações sobre a administração. O Tribunal de Contas do Estado (TCE) divulgou em abril que 101 dos 185 municípios estavam com seus sites irregulares, com problemas diversos, como a falta de dados sobre valores de empenhos, liquidação e pagamento das contas de 2014.

A falta de transparência também está na mira do Ministério Público Federal, que em abril deste ano enviou recomendação à Presidência da República para que os repasses voluntários de 15 municípios pernambucanos com falhas graves nos seus portais de transparência sejam bloqueados até que os gestores corrijam as irregularidades.

Assunto: Transporte intermunicipal tem agravo no TJ	
Veículo: Blog do Magno Martins	Data: 18/05/2015
Editoria:	Seção:



Transporte intermunicipal tem agravo no TJ

A Empresa Pernambucana de Transporte Intermunicipal (EPTI) entrou, há pouco, com um agravo de instrumento, no Tribunal de Justiça, para derrubar a liminar do juiz Mozart Pires, que suspendeu a licitação do Sistema de Transporte de Passageiros Intermunicipal do Estado. O relator designado é o desembargador Francisco Bandeira de Melo. A licitação foi realizada em setembro de 2014. Mozart Valadares pediu a anulação depois de identificar no relatório do Tribunal de Contas, de fevereiro, inúmeros vícios no processo licitatório.

Com isso, foram suspensos três contratos firmados entre a EPTI e os vencedores dos três lotes. A auditoria especial ainda não foi julgada, mas no documento o auditor Fernando Rolim afirma que os vícios no processo são tantos que impediram a competitividade e contaminaram todo o processo. E também criticou o fato de a EPTI ter ignorado as alterações recomendadas pelo TCE ainda na época do lançamento do primeiro edital.

Assunto: Tribunal de Justiça vai mover ação contra o Estado para receber recursos	
Veículo: JConline	Data: 18/05/2015
Editoria:	Seção:

jornal do commercio

Tribunal de Justiça vai mover ação contra o Estado para receber recursos

Decisão foi tomada nesta sexta-feira e TJPE recorrerá ao Supremo Tribunal Federal



Não existe mais entendimento entre o presidente do TJPE e o governador Paulo Câmara
JC Imagem

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) vai acionar o governo estadual na Justiça para receber recursos relativos a seu orçamento. A decisão foi tomada nesta sexta-feira durante reunião do pleno. Ainda não há uma data definida, mas a judicialização da questão foi dada como certa e agora o TJPE irá em busca de um escritório de advocacia para ajuizar uma ação contra o Executivo no Supremo Tribunal Federal (STF).

De acordo com a assessoria do TJPE, o presidente do tribunal, desembargador Frederico Neves, não falará sobre o assunto. A informação repassada é de que o Judiciário escolheu a briga jurídica após não haver entendimento nas negociações realizadas entre um comitê de desembargadores e representantes do governo estadual.

Em abril, o governador Paulo Câmara (PSB) enviou um ofício ao TJPE solicitando que a negociação entre os dois poderes fosse retomada este mês. Como não houve uma resposta positiva do Executivo, o Judiciário decidiu recorrer ao STF.

A reportagem do Jornal do Commercio procurou a assessoria do governador Paulo Câmara, mas foi informada de que o governo estadual só iria se pronunciar se receber uma notificação formal do TJPE sobre a decisão do pleno. Antes da reunião desta sexta-feira, o Executivo enviou uma carta aos desembargadores nos mesmos termos da que foi enviada há pouco mais de um mês, ressaltando o respeito à autonomia do Judiciário e destacando a crise econômica nacional.

Alegando falta de recursos, o presidente do TJPE ainda estuda a desativação de 12 comarcas para conter gastos. A implantação das duas primeiras varas de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, uma em Caruaru e outra em Petrolina, também pode ser afetada devido à falta de recursos. O governador sancionou a lei de criação dessas varas em março numa cerimônia ao lado de Frederico Neves e da ministra do Supremo Tribunal Federal (STF), Cármen Lúcia, e da ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, Eleonora Menicucci.

Entenda a briga

Em 9 de abril, um dia antes do governador Paulo Câmara completar 100 dias de gestão, a presidência do TJPE enviou uma nota à imprensa reclamando do Poder Executivo devido a um "corte expressivo" no orçamento do Poder Judiciário. De acordo com informações do TJPE, o orçamento definido para este ano foi R\$ 1,39 bilhão. Houve um corte de R\$ 103 milhões e antes já haviam sido cortados outros R\$ 56 milhões da proposta de orçamento aprovada pelo Pleno do tribunal, que era de R\$ 1,43 bilhão.

Na nota, a linha de raciocínio do TJPE é de que o Executivo vem desrespeitando a autonomia do Judiciário. O texto declarava que a atitude do governo é "comportamento reprovável nunca antes vivenciado em Pernambuco, que põe em risco o Estado Democrático de Direito".

O governo estadual também respondeu com uma nota, enfatizando que "não houve nenhum corte no orçamento do Poder Judiciário". Ainda segundo o texto enviado pelo Executivo em abril, "o repasse do duodécimo mensal do Poder Judiciário, em que pese o contexto de crise econômica e financeira nacional, vem ocorrendo normalmente – sem nenhum corte – todo dia 20 do mês, de acordo com os valores estabelecidos pela Lei Orçamentária para o exercício de 2015, aprovada pela Assembleia Legislativa de Pernambuco em 2014".

Servidores querem aumento

Em meio à briga entre o TJPE e o governo estadual estão os servidores do tribunal. Os funcionários do Judiciário pernambucano querem aumento de salário e das condições de trabalho e chegaram a paralisar as atividades em protesto com o que classificam como "descaso" da presidência do TJPE. Dentre as reivindicações, a maior delas se refere ao plano de cargos e carreiras. "Nos últimos sete anos, mais de dois mil servidores deixaram o TJPE por conta dos baixos salários", disse.

O presidente do Sindicato dos Servidores do Judiciário de Pernambuco, Eliseu Magno, disse que a categoria tem acompanhado a briga entre o governo estadual e o TJPE atentamente. "Na próxima terça-feira, vamos promover mais uma paralisação e realizar uma assembleia. Podemos decidir pela greve", falou.

Ainda segundo Eliseu Magno, a corregedoria do TJPE começou a cortar os pontos dos servidores que aderiram às paralisações já realizadas este ano. Em reserva, funcionários do tribunal reclamam que o Judiciário privilegia juízes e desembargadores em detrimento dos servidores que atuam no órgão.